



## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2015**

*Institui procedimentos de depreciação e avaliação dos bens móveis e da inserção das taxas de depreciação e registro de lançamentos contábeis padronizados no âmbito dos órgãos e unidades administrativas do Município de Porto Velho.*

**O Secretario Municipal de Fazenda,** no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** as atribuições da Coordenadoria Municipal de Contabilidade, como órgão de contabilidade central do Município de Porto Velho;

**CONSIDERANDO** as Resoluções do CFC nº 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, que aprovam a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão e a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, respectivamente;

**CONSIDERANDO** a IN 30/TCE/RO-2012 na qual determina aos Poderes e Órgãos estaduais e municipais do Estado de Rondônia a adoção obrigatória do Plano de Contas, das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012, define cronograma de implementação e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução Nº 153/2014/TCE-RO que dispõe sobre a realização de procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

**CONSIDERANDO** o Decreto Nº 12.807 de 25 de outubro de 2012 que define cronograma de implementação das Novas Regras



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE CONTABILIDADE - CMC**

Av. Carlos Gomes, 181 – Bairro: Arigolândia - Porto Velho(RO) – CEP: 78900-000 - Fone(fax): 3901 – 3245



Aplicadas a Contabilidade Pública em atendimento às Portarias do STN 406/2011, 828/2011 e 231/2012 e a IN 30/TCE/RO/2012;

**CONSIDERANDO** o Decreto N° 13.934 de 28 de julho de 2015 que dispõe sobre a gestão dos bens móveis de material permanente, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de bens públicos, estabelece inclusive sobre a classificação de material para fins de controle do orçamento público, de apropriação contábil da despesa e de administração patrimonial no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se regulamentar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens do ativo permanente da Prefeitura de Porto Velho para fins de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade; e

**CONSIDERANDO** que a Prefeitura de Porto Velho já vem realizando os procedimentos previstos no MCASP em seu âmbito administrativo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Esta Instrução Normativa regulamenta a depreciação dos bens móveis da Prefeitura de Porto Velho, bem como metodologia para procedimentos de reavaliação de bens, com o objetivo de estabelecer, reordenar e consolidar normas procedimentais e orientações a fim de padronizar conceitos quanto à classificação e apropriação contábil dos bens patrimoniais, no âmbito dos órgãos e unidades administrativas do Município de Porto Velho.

**Art 2º.** Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – Depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE CONTABILIDADE - CMC**

Av. Carlos Gomes, 181 - Bairro: Arigolândia - Porto Velho(RO) - CEP: 78900-000 - Fone(fax): 3901 - 3245



II - Reavaliação: a adoção do valor de mercado ou de consenso para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

III - Redução ao valor recuperável (impairment): o ajuste ao valor de mercado ou de consenso para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

IV - Valor de mercado ou valor justo (fair value): o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

V - Valor recuperável: valor de mercado de um ativo, menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações; o que for maior;

VI - Valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VII - Valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

VIII - Material Permanente: todo item ou conjunto que possua, concomitantemente, as seguintes características:

- a) em razão de uso, não perde sua identidade física ou autonomia de funcionamento, mesmo quando adicionado a outro bem móvel;
- b) durabilidade prevista superior a dois anos;
- c) valor unitário superior ao estabelecido para pagamento de despesas miúdas de qualquer natureza, assim entendidas aquelas que se situarem dentro do limite de 3% (três por cento) do valor estabelecido para dispensa de licitação para compra e serviços que não sejam os de engenharia (Art. 23, II, "a" c/c Art. 24, II da Lei 8.666/93).

XIX - Unidade Administrativa: todas as unidades e órgãos integrantes da estrutura da Administração Direta Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE CONTABILIDADE - CMC**

Av. Carlos Gomes, 181 - Bairro: Arigolândia - Porto Velho(RO) - CEP: 78900-000 - Fone(fax): 3901 - 3245



**Art 3º.** Para o item mencionado no inciso VIII do artigo anterior, deve-se levar em consideração a relação de parâmetros excludentes previstos na Portaria STN nº 448/2002 e no MCASP, onde considera que alguns bens, apesar de terem durabilidade superior a 2 (dois) anos podem sofrer um desgaste significativo para o uso, ser perecíveis, frágeis ou mesmo destinados à incorporação ou transformação de outros bens, fator que os enquadraria como material de consumo.

**§1º** São 5(cinco) parâmetros excludentes na classificação da despesa permanente, conforme previsão no MCASP e Portaria STN nº 448/2002, são eles:

- a) **Durabilidade**: se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento no prazo máximo de dois anos;
- b) **Fragilidade**: aquele cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecupelabilidade e/ou perda de sua identidade;
- c) **Perecibilidade**: quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
- d) **Incorporabilidade**: Quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e
- e) **Transformabilidade**: quando adquirido para fim de transformação.

**Art. 4º.** O material identificado como material permanente está sujeito a procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação, observadas as normas técnicas NBC T 16.09 e NBC T 16.10, Art. 106 da Lei federal 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e regras estabelecidas pela Coordenadoria Municipal de Contabilidade.

**Art 5º.** Reavaliação indica acréscimo ou redução do valor de aquisição, baseado no valor de mercado.

**§1º** - Para promover o levantamento e a reavaliação do valor histórico e do estado de conservação dos materiais permanentes deverá utilizar os fatores de influência observando a seguinte classificação:



I - Péssimo: Apresenta defeitos, falhas ou desgaste acentuados, todavia, podendo ainda servir à sua finalidade, mediante recuperação economicamente vantajosa, atribuir-se-á nota de valoração 2(dois);

II - Regular: Apresenta pequenos defeitos, falhas ou leve desgaste, ainda servindo à sua finalidade, podendo ser facilmente recuperado atribuir-se-á nota de valoração 5(cinco);

III - Bom: Não apresenta defeitos ou falhas evidentes, apenas pequeno desgaste, servindo plenamente a finalidade para qual foi adquirido, atribuir-se-á nota de valoração 8(oito);e

IV - Excelente: Bem novo ou em perfeitas condições de uso, não apresentando quaisquer falhas, defeitos ou desgaste, atribuir-se-á nota de valoração 10(dez).

**§2º** A reavaliação dos bens móveis do município de Porto Velho tem como data de corte 31/12/2013, ou seja, todos os bens adquiridos anteriores a esta data serão reavaliados e posteriormente depreciados. Já os adquiridos após a data de corte serão apenas depreciados, dispensados da reavaliação.

**§3º** A reavaliação dos bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, com vida útil e utilização em condições semelhantes.

**§4º** Uma vez realizada a reavaliação, deve-se observar a periodicidade de 5 (cinco) anos , de modo a manter o patrimônio avaliado a valor justo.

**§5º** O valor justo será obtido por meio do Fator de Reavaliação (FR) aplicável, nos termos definidos no Anexo I desta Portaria.

**§6º** Na impossibilidade de identificação do valor de mercado de bens sob a reavaliação por não disporem de produto idêntico ou similar em oferta, poderá ser feita a atualização monetária do valor de aquisição do bem, utilizando o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice que o venha substituir.

**§7º** A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do paragrafo §4º, excepcionalmente nas seguintes condições:

I - para os bens cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que já foram depreciados totalmente e ainda estão em condições de uso, será efetuada nova reavaliação estimando a vida útil remanescente do bem; e



III - para os bens usados recebidos por doação, adjudicação ou transferência a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio da Prefeitura de Porto Velho.

**Art. 6º** Na ocasião da reavaliação dos bens, se localizado pela comissão algum bem em desuso ou inservível ou mesmo em estado de obsolescência, a comissão deverá indicar o bem para baixa de acordo com procedimentos dispostos no art. 15º do Decreto nº 13.934 de 28/07/2015.

**§1º** A Baixa deverá ser acompanhada por comissão, e se necessário por servidor com conhecimento técnico específico, caso o bem possua características peculiares.

**§2º** Excetua-se a necessidade de comissão, os bens que as baixas são por razão de reclassificação contábil, pois derivam de modificações conceituais e normativas.

**§3º** É facultado o chefe do setor ou o responsável pelo bem, diante de bens inservíveis ou em desuso solicite ao Departamento de Patrimônio que se proceda a baixa dos bens com o acompanhamento da comissão.

**Art 7º.** Após a reavaliação dos bens, deverá ser elaborado um relatório pela comissão de servidores responsáveis, que conterà no mínimo:

I - documentação com a descrição detalhada a cada bem que esteja sendo reavaliado;

II - a identificação contábil do bem;

III - quais foram os critérios utilizados para avaliação do bem e sua respectiva fundamentação;

IV - vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, a amortização ou a exaustão;

V - data de reavaliação; e

VI - a identificação do responsável pela reavaliação.

**§1º** Poderão ser criadas subcomissões específicas, para atender as necessidades técnicas de reavaliação e redução ao valor recuperável, designando-se profissional qualificado do quadro de



peçoal da Prefeitura de Porto Velho para emissão de laudo técnico, bem como solicitar apoio técnico junto a outros órgãos e instituições.

**Art 8º.** Redução ao valor recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. O **Valor recuperável** de um ativo ou de uma unidade geradora é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

**§1º** Se o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil, este deverá ser ajustado. Destarte, a redução ao valor recuperável é um instrumento utilizado para adequar o valor contábil dos ativos à sua real capacidade de retorno econômico. Assim, reflete um declínio na utilidade de um ativo para a entidade que o controla.

**§2º** Quando o valor contábil for superior ao valor recuperável, ocorrerá uma perda por redução ao valor recuperável do ativo que reflete, portanto, um declínio na utilidade de um ativo para a entidade que o controla.

**§3º** Está disponibilizado no Anexo I os fatores de influência para reavaliação dos bens móveis, bem como os pesos aplicáveis aos fatores de influência e um exemplo prático para aplicação do método de avaliação.

**Art 9º.** A depreciação dos bens móveis será realizada mensalmente pelo Departamento de Recursos Logísticos - DRL/SEMAD, e a Coordenadoria Municipal de Contabilidade - CMC/SEMFAZ fará a consolidação das informações por meio do sistema informatizado de cada unidade.

**Art 10º** A depreciação é a redução do valor contábil do material permanente, em decorrência da sua perda de utilidade, ou diminuição de sua eficiência, pelo uso contínuo e intensivo ou obsolescência.

**§1º** A depreciação será ocasionada pelos seguintes fatores:

- I - Deterioração física;
- II - Desgastes com uso; e
- III - Obsolescência.

**Art 11º.** No ato do cadastramento do bem, será informado a localização, classificação, taxa de depreciação anual,





valor residual e vida útil do mesmo, observando parâmetros e índices admitidos de acordo com Anexo II desta Instrução Normativa.

**Art 12º** De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/08, os bens que **não estão sujeitos ao regime de depreciação são:**

a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de arte, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

b) bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente de vida útil indeterminada;

c) animais que se destinam a exposição e a preservação; e

d) terrenos rurais e urbanos

**Art 13º.** Para os bens classificados como Mobiliário em Geral (1.2.3.1.1.03.03.00.00.00) e Veículos de Tração Mecânica (1.2.3.1.1.05.03.00.00.00), com utilização por períodos maiores a oito horas diárias e por sofrerem maiores desgastes, são depreciados de forma acelerada, conforme definido no Anexo II desta Instrução Normativa. Devendo a Assessoria Técnica ou cargo similar informar no próprio despacho de encaminhamento à Divisão de Patrimônio - SEMAD, os bens alcançados por este artigo.

**Art 14º.** A tabela de vida útil, taxa de depreciação, valor residual dos bens móveis de material permanente da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal e nas entidades da Administração Indireta no que couber, estão exemplificados no Anexo II desta Instrução Normativa.

**Art 15º.** Estão disponibilizados no Anexo III a Relação de Desdobramento da Despesa Orçamentária de material de consumo e sua descrição.

**Art 16º.** Estão disponibilizados no Anexo IV os lançamentos contábeis de Depreciação, Ajuste ao valor recuperável e Reavaliação.

**Art 17º.** Os bens de material permanente que serão cedidos pelo Município para Fundações e demais entidades da Administração Indireta conforme Anexo V do Decreto nº 13.934/2015,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE CONTABILIDADE - CMC**

Av. Carlos Gomes, 181 - Bairro: Arigolândia - Porto Velho(RO) - CEP: 78900-000 - Fone(fax): 3901 - 3245



para execução de atividades com fim público, serão controlados, tombados, avaliados e depreciados pela Prefeitura de Porto Velho, desde que as despesas com manutenção do equipamento de material permanente seja a cargo da Prefeitura.

**Art 18º.** Os bens que serão doados pela Prefeitura de Porto Velho, mediante Termo de Doação, conforme anexo VI do Decreto nº 13.934/2015, deverão ser incorporados no acervo patrimonial da donatária, uma vez que o Município transfere a donatária, irrevogavelmente, o domínio a posse e a propriedade dos bens.

**Art 19º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 21 de setembro de 2015.

**MARCELO HAGGE SIQUEIRA**  
**Secretário Municipal de Fazenda - SEMFAZ**

**LUIZ HENRIQUE GONÇALVES**  
**COORDENADOR MUNICIPAL DE CONTABILIDADE - CMC/SEMFAZ**